

# PARA LER A PAISAGEM COM SENTIDOS DO SUL<sup>1</sup>: POR UMA ABORDAGEM ALÉM *LANDSCHAFT*<sup>2</sup>

Felipe Taumaturgo  
Rodrigues de Azevedo<sup>1</sup>

Mestrando em Geografia  
Pontifícia Universidade Católica  
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

## Resumo

O presente trabalho propõe uma rediscussão do conceito de paisagem a partir de outras bases conceituais, não necessariamente relacionadas às proposições constituídas no período de consolidação da ciência moderna. Problematisamos a modernidade ao expormos seu rosto oculto, que é a colonialidade, ao representar o apagamento de outras alternativas epistemológicas e unificar o discurso ocidental enquanto possibilidade única de leitura do mundo. Acredita-se na necessidade de articulação da paisagem com as contribuições do pensamento decolonial e as críticas à colonialidade do saber a partir de uma abordagem que parta dos sentidos do Sul a uma escala multidimensional.

**Palavras-chave:** epistemologia; decolonialidade; representações

TO READ THE LANDSCAPE WITH SENSES OF THE SOUTH: BY AN APPROACH BEYOND *LANDSCHAFT*

## Abstrac

The present work proposes a rediscussion of the concept of landscape from other conceptual bases, not necessarily related to the propositions constituted in the period of modern science consolidation. We problematize modernity by exposing its occult face, that is coloniality, by representing the erasure of other epistemological alternatives and unifying the Western discourse as a unique possibility of reading the world. It is believed in the necessity of articulating the landscape with the contributions of decolonial thinking and the criticisms of the coloniality of knowledge from an approach that departs from the South senses on a multidimensional scale.

**Keywords:** epistemology; decoloniality; representations.

### <sup>1</sup> Endereço institucional:

Rua Marquês de São Vicente, n. 225. Edifício da Amizade, ala Frings, sl. F411. Gávea. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22451-900.

Endereço eletrônico:  
felipetaumaturgo2@hotmail.com

---

<sup>1</sup>Título inspirado no artigo “Para enxergar o mundo com sentidos do Sul” de Boaventura de Souza Santos. Disponível em <https://outraspalavras.net/posts/para-enxergar-o-mundo-com-os-sentidos-do-sul/>. Acesso: 17/04/2018 às 23:20. Ressaltamos o nosso entendimento de que o autor não se configure exatamente enquanto um pensador decolonial, mas reconhecemos a importância de suas contribuições teóricas, além da relação especial do título com o assunto do nosso texto.

<sup>2</sup> A palavra *Landschaft* remete a um contexto de consolidação do conceito de paisagem na Geografia alemã (SANSOLO, 2007). Em nosso trabalho serve como ilustração do embasamento que desejamos propor ao longo do texto.

O presente trabalho<sup>3</sup> discute a paisagem na possibilidade de construção de alternativas para compreensão do conceito a partir de algumas abordagens propostas pelos autores que historicamente se debruçaram sobre o tema, mas principalmente entendendo a necessidade do deslocamento do enfoque analítico para o conceito a partir do campo das representações, ou em termos lefebvrianos, de rerepresentações, ao valorizar a emergência de novas representações do espaço.

Gostaríamos, antes de mais nada, de ressaltar nossa dificuldade na construção de uma abordagem absolutamente consistente sobre o conceito de paisagem, entendendo os limites da produção bibliográfica sobre um conceito que se manifesta necessariamente inacabado. Este inclusive pode ser um ponto de partida interessante para nossa discussão, porque ainda que não tenhamos a intenção de preencher lacunas epistemológicas, este trabalho cobiça a construção de possibilidades pretensiosas, mas não irresponsáveis.

Procuramos promover uma pequena reflexão a partir da necessidade de revisão de algumas bases conceituais que fundamentaram a modernidade (HOLZER, 1999), e nesse sentido, ao iluminarmos a paisagem como enfoque principal, procuramos problematizar o conceito com base no arcabouço teórico do pensamento decolonial, proposto principalmente por alguns teóricos da América Latina.

Ao analisar a produção literária relacionada ao conceito de paisagem pudemos perceber uma grande influência de concepções teóricas lançadas da parte ocidental da Europa, latitude muito específica do mundo e principal lugar de enunciação da ciência moderna. Esta realidade nos proporcionou uma arrasadora inquietude no que concerne à construção do conhecimento, já que em nosso entendimento o processo criativo-epistêmico que se apoia no saber, denota uma relação desigual de poder (QUIJANO, 2005).

Partimos do pressuposto que diferentes lugares produzem e reproduzem diferentes conhecimentos, o que interessa diretamente à análise espacial, nesse caso também análise paisagística, já que em uma abordagem bem simplista, mas didática, a

---

<sup>3</sup> Este trabalho é um desdobramento da disciplina “Paisagem, espaço e sustentabilidades”, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio e ministrada pelo Professor. Dr. João Rua.

paisagem se manifesta enquanto parte mais visível do espaço geográfico (SANTOS, 1996). Portanto é mais do que necessário reconhecer que algumas leituras do conceito de paisagem não servem para desvendar a realidade de lugares mais distantes do continente europeu.

Nesse sentido, lembramos de Karen M. Morin (2009) quando a autora chama atenção para a necessidade de uma abordagem da paisagem que parta de significados locais, de uma ordem particular. Em nosso trabalho essa ordem se apropria dos sentidos do Sul geográfico, sobretudo da construção de imagens da América Latina pelos sujeitos latino-americanos.

Vale ressaltar que não procuramos negar totalmente os conhecimentos europeus sobre o conceito de paisagem, mas acreditamos na necessidade da visibilidade de outros lugares de enunciação para o que se reconhece enquanto discussão paisagística, com o olhar atento à denúncia de Aníbal Quijano (2005) no que diz respeito ao fim do colonialismo não ter extinguido um imaginário colonial na América Latina, que o autor intitula *colonialidade*.

Por isso também nos apoiamos em algumas bibliografias que podem, geograficamente, se situar no Norte, embora sejam fundamentais para a construção desse texto, já que questionam a literatura tradicional para a paisagem e algumas delas as ciências sociais de maneira mais abrangente.

O artigo tem como objetivo principal perceber diferentes possibilidades de discussão do conceito de paisagem em um contexto histórico que os movimentos políticos do Sul reivindicam espaço no campo da produção do conhecimento, e o número de autores e trabalhos que se propõem a construir uma nova teoria que interrogue os instrumentos analíticos da modernidade se mostra cada vez maior.

Nossa abordagem se fundamenta em algumas bibliografias em um contexto de discussão do conceito de paisagem a partir de diferentes enfoques, como as contribuições de Berque (1998), Corrêa (1998), Cosgrove (2012), Haesbaert (2014), Holzer (1999), Morin (2009), Santos (1987 e 1996), Sansolo (2007), além de outros autores, sobretudo da América Latina, para lançarmos mão de caminhos possíveis para a articulação da paisagem e do pensamento decolonial, como Escobar (2005, 2015), Mignolo (2005), Quijano (2005), entre outros.

Este artigo se segmenta em três partes principais: a primeira remete ao entendimento da relação da paisagem com o espaço e a dificuldade de se propor qualquer tipo de leitura acerca dos conceitos da Geografia sem compreender sua imbricação com o espaço; a segunda escolhe alguns instrumentos analíticos importantes para a decodificação da paisagem e da nossa posição metodológica que busca novas possibilidades para o conceito; já a terceira e última propõe uma outra noção do conceito de paisagem ao problematizar a produção do conhecimento europeu generalizado enquanto pensamento único, além de propormos uma busca conceitual em direção à paisagens que contribuam para uma leitura de mundo a qual se reconheçam vários mundos possíveis.

### **O Planeta Paisagem: o lugar da compreensão paisagística em uma constelação geográfica de conceitos<sup>4</sup>**

Seria a Geografia uma ciência capaz de formar conceitos? Esta pergunta surge como eixo fundamental do capítulo “Por uma constelação geográfica de conceitos” de Rogério Haesbaert (2014), no qual o autor, pedagogicamente, propõe uma leitura acerca dos conceitos geográficos girando em torno de uma estrela brilhante, que seria o espaço. Haesbaert é enfático ao esclarecer que não é possível pensar qualquer conceito em Geografia sem preservar sua relação dependência ao espaço.

Os conceitos jamais podem ser revisados de maneira isolada, já que é impossível perceber uma unidade concreta e homogênea em sua constituição (HAESBAERT, 2014), evidenciando a necessidade de abertura no cerne de sua raiz epistemológica para realizar uma relação dialógica com um sistema conceitual que é necessariamente mais amplo. É preciso ler um conceito considerando sua estrutura interna e sua concepção relacional com um contexto externo. Nas palavras do autor:

Os conceitos não só não podem ser tratados isoladamente como nunca constituem unidades homogêneas, sempre são múltiplos, tanto no sentido interno, com seus elementos, suas sobreposições e sua flexibilidade em torno de uma problemática ou foco central, quanto no sentido externo, na relação com outros conceitos dentro de uma constelação ou sistema mais amplo – permanecendo sempre abertos, portanto, a novas conexões potencialmente realizáveis. (HAESBAERT, 2014, p. 11)

---

<sup>4</sup> O nome deste tópico de nosso artigo remete a um dos capítulos do livro “Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção” de Rogério Haesbaert (2014).

Nesse contexto, a paisagem se configura como um elemento fundamental para a iluminação da discussão geográfica, ou, ao nos apropriarmos da metáfora construída por Rogério Haesbaert (2014), um planeta imprescindível para o entendimento dessa constelação de conceitos.

Milton Santos em sua clássica obra *A Natureza do Espaço: técnica, tempo, razão e emoção* (1996) ao, dialeticamente, fundamentar o espaço enquanto conjunto indissociável de um sistema de ações e um sistema de objetos, reconhece a paisagem como uma das principais categorias internas do espaço, além de sintetizar as possibilidades de articulação de um conceito com suas interioridades e exterioridades.

A coerência interna da construção teórica depende do grau de representatividade dos elementos analíticos ante o objeto estudado. Em outras palavras, as categorias de análise, formando sistema, devem esposar o conteúdo existencial, isto é, devem refletir a própria ontologia do espaço, a partir de estruturas internas a ele. A coerência externa se dá por intermédio das estruturas exteriores consideradas abrangentes e que definem a sociedade e o planeta, tomados como noções comuns a toda a história e a todas as disciplinas sociais e sem as quais o entendimento das categorias analíticas internas seria impossível. (SANTOS, 1996, p. 23)

A análise de Santos (1996) é lembrada por Haesbaert (2014) no trabalho que inspira esse tópico do nosso artigo. Rogério assimila as ideias de Milton e sinaliza a necessidade de projeção de novas bases conceituais a partir das inter-relações provenientes da constituição do que seria um sistema analítico, para Santos, ou uma constelação, para o próprio Haesbaert. Segundo o autor:

Ao mesmo tempo em que se tornam heterogêneos por suas relações internas – tanto no interior do próprio conceito (pelos distintos elementos que o constituem) quanto na relação com outros conceitos do mesmo sistema (ou constelação) – os conceitos convivem com a multiplicidade de noções para além do universo de sua disciplina e de seu objeto. Como exemplo, em nosso caso, propomos um esboço de sistema ou constelação de conceitos, sempre com um grau de abertura para a construção de novas conexões conceituais, produzido a partir das preocupações básicas da Geografia e centrado no conceito de espaço. (HAESBAERT, 2014, p. 13)

Para iniciarmos um debate acerca do *corpus* teórico da paisagem, é fundamental reafirmarmos a complexidade de uma categoria de análise que se evidencia enquanto possibilidade de instrumentalização e estudo por diversas áreas do conhecimento, além dos próprios sujeitos comuns - não necessariamente ligados ao meio acadêmico – e dos meios de comunicação (HOLZER, 1999). Além disso, é importante

ressaltar que a paisagem, assim como diversos outros conceitos, não pode ser vista com um sentido “monossêmico”, ainda que para isso exista a necessidade de bastante rigor analítico, como apontam Morin (2009) e Davis Gruber Sansolo (2007).

### **Representação, percepção, marca e matriz: a busca por paisagens emergentes**

Ponderados alguns pontos cruciais para uma leitura inicial do conceito de paisagem, buscamos organizar elementos que nos ajudem a formular uma interpretação válida para a paisagem e que possa nos garantir possibilidades concretas de novas formulações epistemológicas, como as paisagens do Sul.

Mesmo ao saber do perigo teórico dessa abordagem, escolhemos inicialmente nos apoiar nas contribuições de Milton Santos no livro *Metamorfoses do espaço habitado* (1988) por acreditarmos que o autor promove a construção de um cabedal analítico consistente no que tange aos diversos conceitos da Geografia, e a paisagem não fica condicionada a uma posição marginal nesse ensejo, como acontece em vários contextos da disciplina geográfica, inclusive em outros momentos da própria história intelectual de Milton Santos.

A apreciação sobre a paisagem no livro de Milton Santos (1988), bem como para vários outros autores, se configura na ordem do visível, amparada pelo que se consegue apropriar a partir do alcance da visão. Em um primeiro momento essa interpretação ignora a leitura da paisagem por sujeitos que não poderiam se aproveitar do sentido da visão, o que nos permite discordar do autor, já que em nosso entendimento a paisagem deve ser compreendida a partir de um conjunto de sentidos, não só o que nos salta aos olhos. O tato, o olfato, o paladar e a audição são elementos indispensáveis para a construção de uma perspectiva do sujeito com a paisagem.

Por outro lado, Santos (1988) nos ajuda a reconhecer a paisagem enquanto conceito necessariamente ligado à percepção, uma abordagem interessante e promissora, principalmente porque o autor aponta a importância da articulação do aparelho cognitivo na apreensão da paisagem, já que se percebe uma organização seletiva dos elementos que se situam no espaço e dão sentido à paisagem. Em outras palavras, nossa racionalidade é capaz de atribuir maior valor para alguns elementos do que outros na

paisagem. Não falamos de valor do ponto de vista marxista, mas da ideia mais genérica de valor, nesse caso relacionada ao prestígio que determinado sujeito atribui a algum ponto do espaço. O que está inteiramente inter-relacionado à nossa história enquanto sujeito que experimenta o espaço e conseqüentemente experimenta a paisagem.

As contribuições de Milton Santos (1988) na produção teórica da paisagem enquanto possibilidade perceptiva e dotada de ingredientes subjetivos, nos demonstram que diferentes sujeitos podem interpretar de maneira totalmente distinta a mesma paisagem. Para o autor, esse pode ser o primeiro passo para a compreensão da paisagem, compreendendo que o entendimento pleno do conceito deve ir além de sua aparência, da sua fisionomia. É preciso promover a decodificação da paisagem. Nas palavras de Milton:

Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto para chegar ao seu significado. A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação, e esta será tanto válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência. (SANTOS, 1988, p. 68)

Interpretar a paisagem enquanto conceito necessariamente decodificável nos permite construir novas possibilidades de leitura paisagística - voltando às aberturas conceituais propostas por Haesbaert (2014) - e nesse sentido Milton Santos nos convida a construir um exercício de método que pode ser fundamental para lançarmos mão de outras epistemologias que serão aprofundadas nesse trabalho.

É preciso reconhecer que na abordagem miltoniana o conceito de paisagem se constrói a partir da sua representação enquanto parte visível do espaço, como projeção da inter-relação entre o sistema de ações e o sistema de objetos, porém de maneira passiva. Sansolo (2007) discorda dessa “inércia” conceitual proposta por Milton Santos e destaca que o autor teve dificuldade de reconhecer os elementos naturais como também determinantes na discussão sobre a paisagem e se inclinou de maneira desequilibrada aos contextos antrópicos. Equívoco parecido, porém, epistemologicamente antagônico ao praticado por alguns geógrafos que privilegiaram a análise da paisagem a partir de uma leitura de natureza física, negligenciando a importância da dinâmica social nos processos geográficos.

Para elucidar essa crítica, Sansolo (2007) busca alguns exemplos interessantes da necessidade de promoção de um arcabouço teórico que priorize elementos naturais e sociais na produção da paisagem:

Os processos naturais não deixam de ocorrer em espaços socialmente produzidos. Esses processos se expressam na paisagem interagindo com a sociedade, conforme o modo de produção adotado. No mundo tropical, especialmente nos países do chamado Terceiro Mundo, o modelo de desenvolvimento importado (seja por via de importação de tecnologias ou pela importação do modelo científico) tem fornecido uma referência desconectada da realidade da dinâmica da natureza. Frequentemente, os impactos que a sociedade sofre em decorrência de processos naturais são explicados ou tratados como um problema ou exclusivamente natural ou exclusivamente social. É o caso das cheias nas áreas urbanas, como acontece ciclicamente, todos os anos, durante o verão, ao longo da porção leste do Brasil, onde se localizam as grandes cidades. (...) As cheias, os processos de pedogênese, erosão, intemperismo, evolução de vertentes, dispersão de sementes, migração de animais, não desaparecem nos espaços urbanos ou rurais. Continuam agindo, sob interferência social. (p. 9)

Nessa disposição conceitual da Geografia é perceptível compreender o espaço enquanto plataforma mediadora do processo dialógico das práticas sociais e a natureza, embora não seja essa a única categoria qualificada para tornar possível a leitura da realidade. Nesse sentido, a paisagem se destaca enquanto manifestação concreta.

Para a consolidação de veredas da nossa proposição epistemológica para a paisagem, escolhemos alguns autores que sinalizaram caminhos possíveis para o estudo da paisagem, ao se apropriarem da percepção e da ideia de representação, mas que procuram avançar ainda mais nesse debate.

Augustin Berque (1998) e a suas contribuições da paisagem enquanto “marca” e “matriz” nos auxiliam no processo de decodificação do conceito como enunciado por Milton Santos.

A Paisagem-Marca de Berque, metodologicamente, ainda remete a um processo descritivo do espaço e o autor destaca alguns procedimentos essenciais para o processo de leitura paisagística. Para Berque (1998), é fundamental identificar as formas

da paisagem e compreender a articulação entre essas formas, além das possibilidades de inserção e exclusão entre elas. Essa abordagem nos permite ultrapassar a dinâmica do que é percebido, como proposto por Santos (1988), entendendo que o exercício de construção de formas se fundamenta num processo de abstração.

Berque (1998) ainda sinaliza a necessidade de cuidados fundamentais nessa associação conceitual da Paisagem-Marca, sobretudo para não haver qualquer possibilidade de distanciamento da paisagem da ordem do sensível, o que poderia provocar um grande esvaziamento da semântica do conceito.

Já a Paisagem-Matriz demarca sua própria participação nos esquemas perceptivos, ao determinar a experiência do observador sobre a paisagem, o que nos lembra a discussão proposta por Henri Lefebvre (2008) do espaço enquanto *produto-produtor*<sup>5</sup>, ao poder ser interpretado tanto enquanto plataforma construída pelos sujeitos, quanto como determinante de quem experimenta a vida cotidiana. Nessa lógica, se a paisagem pode ser interpretada enquanto testemunha mais visível do espaço, poderíamos escrever também sobre a paisagem enquanto produto social e nascituro de possibilidades perceptivas para novíssimas representações do espaço.

Essa abordagem da profusão de uma consciência paisagística “determinada e determinante” exposta por Berque (1998) nos possibilita reconhecer que a paisagem e o sujeito se manifestam de maneira essencialmente imbricada, então afirma-se que toda paisagem, sem exceção, pode ser interpretada enquanto superfície dotada de interferência humana, mesmo que apenas no plano de uma participação passiva na produção do conceito.

Denis Cosgrove (2012) e Karen Morin (2009) propõem um cabedal analítico para o conceito de paisagem que demarca um espaço importantíssimo para a produção de novas possibilidades paisagísticas. Cosgrove sinaliza a constituição difícil, mas necessária, das “paisagens alternativas”, imersas em uma cultura alternativa. Já Morin intitula “paisagens subversivas” aquelas que se estruturam a partir da transgressão da

---

<sup>5</sup> Nesse momento é importante lembrar das contribuições de Denis Cosgrove (2012) e a distinção que o autor promove sobre os conceitos de espaço, lugar e a paisagem, ao enunciar que a paisagem está intimamente ligada aos esquemas da natureza e isso só se percebe por meio da consciência humana.

ordem dominante, como as paisagens feministas e a paisagem sob influência da teoria marxista.

Os autores percorrem veredas analíticas diferentes e destacam exemplos distintos, mas ambos reafirmam a paisagem a partir de uma outra compreensão, de maneira emergente, construindo possibilidades concretas e associadas ao surgimento de vicissitudes na abrangência do conceito de paisagem.

Cosgrove (2012) e Morin (2009) denunciam uma apropriação contraditória do conceito de paisagem, sobretudo quando exercida pelo Estado e a classe dominante. Cosgrove promove uma contextualização histórica da operacionalização da paisagem e a construção da identidade nacional do Reino Unido pós-Revolução Francesa para acalmar o espírito de igualdade, liberdade e fraternidade que se espalhava pela Europa. Já a autora denuncia o uso da paisagem para a reprodução de uma cultura de guerra nos Estados Unidos, através dos símbolos históricos e da produção de uma memória que valoriza os heróis de guerra e o nacionalismo fanático estadunidense.

Ambos os exemplos de modelos paisagísticos remetem à reprodução de valores dominantes na sociedade, o que está diretamente relacionado à leitura do mundo a partir da experiência dominante, que é o que tentamos expor de maneira crítica nesse trabalho.

A concepção de paisagem proposta por Cosgrove (2012) nos demonstra que as culturas dominantes sempre produzem e reproduzem elementos muito mais visíveis na paisagem do que as alternativas, nesse sentido o autor propõe uma divisão na cultura alternativa em três circunstâncias: residuais, emergentes e excluídas.

Nos atentaremos principalmente às culturas emergentes a partir do entendimento que essa noção, naturalmente, tende a estabelecer um desafio à cultura dominante, que no caso deste trabalho se manifesta como a construção do conhecimento e da discussão da paisagem por um viés eurocêntrico, além disso, Cosgrove (*idem*) denota, por parte das culturas emergentes, a possibilidade de construção de futuros possíveis.

Entendemos que a cultura dominante carrega na sua essência uma série de elementos que possibilitam sua reprodução enquanto dominante, e a produção científica com certeza se dispõe enquanto um desses elementos. Não existe maneira mais eficaz de perenizar uma relação desigual do que a dominação pelo discurso.

O desafio à cultura dominante, ao pensamento único, ao discurso hegemônico e à produção do conhecimento a partir da Europa enquanto parte exclusiva da teoria científica, nos possibilita reconhecermos, nos termos de Cosgrove (2012), outras “geografias imaginativas”, outros discursos, outras imagens, uma paisagem outra, como iremos propor na próxima construção argumentativa desse trabalho.

### A crítica decolonial

Nesse momento procuramos estruturar um arcabouço teórico que constitua uma contribuição criativa da decolonialidade ao valorizar o Sul geográfico enquanto espaço de emergência de outras epistemologias e paisagens, já que entendemos que reconsiderar nossa posição analítica na produção científica representa uma tentativa de reafirmação da leitura periférica da realidade.

Não poderíamos perder a oportunidade de construir uma crítica que se fundamentasse em uma compreensão geograficamente mais justa sobre o conceito, o que talvez possa parecer relativamente distante da já proposta discussão paisagística, mas isso não nos serve de impedimento para abdicar do que encaramos enquanto uma Geografia tentativa.

Quando Sansolo (2007) nos propõe algumas perspectivas para o reconhecimento da paisagem enquanto categoria de análise, o autor sinaliza as representações linguísticas e a pintura como possibilidades para essa observação.

Esse pode ser um caminho promissor para o debate que tentamos construir nesse artigo, sobretudo quando Sansolo (2007) busca compreender a origem da palavra paisagem e nota-se uma representatividade muito grande dos países europeus na produção dessas palavras que remetem ao que se entende hoje como esse conceito. Em linhas gerais:

Entre as línguas neolatinas, no italiano a palavra *paisaggio* representa (DEVOTO & OLIGIAN, 1988), uma porção do território considerada de um ponto de vista, com um senso afetivo, de ordem estética ou artística. (...) Para Litre (1957, *apud* BLEY, 1996) o significado da palavra francesa *paysage* refere-se a uma região, em especial os seus aspectos físicos. Na língua portuguesa encontramos em Machado (1990) a palavra paisagem asso-

ciada a figuras pintadas em pano de *paugage* e em Cunha (1982) relaciona-se a país, região, derivado do latim *page* e *pagus*. (SANSOLO, 2007, p. 1-2)

Holzer (1999) chama atenção para uma discussão semelhante e sinaliza que a Geografia acadêmica e o conceito de paisagem emergiram em um recorte histórico comum, onde as primeiras contextualizações sobre paisagem eram muito mais amplas, provenientes do período do renascimento, o qual seria responsável pela renovação de diversas técnicas artísticas e conseqüentemente de representações do espaço.

As representações linguísticas, as pinturas, as manifestações culturais e sua relação com a paisagem partem de uma única parte do mundo, o que nos revela a necessidade de problematizarmos a construção da paisagem, além de qualquer coisa, como uma necessária disputa epistêmica.

A proposição de conceitos em disputa, sobretudo em um sentido de desconstrução do pensamento lançado do hemisfério-ocidental enquanto verdade absoluta, tem sido uma reivindicação de diversos grupos de intelectuais do Sul global, embora neste artigo nós dialoguemos principalmente com a corrente decolonial.

O pensamento decolonial se manifesta enquanto um movimento teórico-político que surge no final dos anos 90 e denuncia sobretudo a colonialidade do poder, do saber e do ser. A colonialidade do poder representa um conglomerado de elementos que controlam a economia, a autoridade, a natureza, os recursos naturais, o gênero, a sexualidade, a subjetividade e o conhecimento (MIGNOLO, 2003). Os diversos teóricos que reivindicam esse campo declaram que não haveria modernidade sem colonialidade (QUIJANO, 2000), posto que a segunda está imbricada na primeira enquanto parte constitutiva, não como produto final (MIGNOLO, 2005), bem como denunciam a indissociabilidade do sistema-mundo.<sup>6</sup> capitalista e da violência colonial nas Américas (QUIJANO e WALLERSTEIN, 1992).

Luciana Ballestrin (2013) expõe diversas questões pautadas pelo pensamento decolonial e sinaliza que a colonialidade do saber se configura enquanto um dos principais aspectos discutidos pelo grupo de autores que se propõem a revisar as questões relacionadas à colonialidade e à modernidade, inclusive resgata críticas feitas, por parte de

---

<sup>6</sup> Conceito inspirado na teoria da economia-mundo proposta por Fernand Braudel. (SANTOS, 1996).

teóricos do pensamento decolonial, a autores ocidentais, como Foucault e seu conceito de *violência epistêmica*, o qual é visto pela autora como insuficiente se analisado próximo ao de *racismo epistêmico*, proposto por Maldonado-Torres (2008) ou ao de *alteridade epistêmica*, sugerido por Castro-Gómez (2005).

Essa reivindicação conceitual representa uma clara necessidade de articulação da teoria decolonial para iluminar a realidade latino-americana, não só enquanto sujeitos de sua própria história, mas principalmente como sujeitos que podem e devem contar suas histórias a partir de suas próprias bases conceituais. Nas linhas de Aníbal Quijano:

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (2005, p. 9).

A colonialidade do saber é uma das principais questões que nós discutimos nesse trabalho, já que desde o início procuramos reconhecer as bases conceituais para a paisagem enquanto uma problemática a ser questionada e reivindicada enquanto caminho analítico. É fundamental interrogar por quais motivos quase não se tem produção acadêmica voltada para o conceito de paisagem por parte de teóricos latino-americanos.

A partir dessa reflexão propomos algumas pontuações que podem servir para os encaminhamentos finais deste trabalho. Sugerimos uma pequena comparação do conceito de paisagem com os de lugar e território. Nessa análise é perceptível uma diferença substancial entre a produção científica para esses dois conceitos e para a paisagem.

Poderíamos citar diversos autores que propõem uma perspectiva decolonial e territorial para a América Latina, principalmente os geógrafos, cientistas que se construíram quase que intuitivamente como protagonistas para a discussão desse conceito. Compreender a América Latina por um viés territorial representa, entre outras coisas, uma

fidelidade necessária ao histórico de resistência política, cultural e ideológica para os povos latino-americanos, a luta pelo território no Sul global tem íntima relação com a colonialidade tantas vezes exposta nesse trabalho.

### Das paisagens do Sul às paisagens multidimensionais

Se quisermos utilizar algum exemplo de abordagem territorial, podemos pensar em Arturo Escobar, antropólogo de formação e um dos autores de cunho decolonial que dialogamos aqui. O autor propõe em seu histórico de produção, tanto leituras sobre o lugar (2005), como para o território (2015), mesmo que às vezes um pouco distantes das abordagens já conhecidas para esses conceitos na Geografia. Vale ressaltar que a construção teórica lançada por Escobar nos inspira para obtenção de futuros possíveis por uma leitura da paisagem a partir da América Latina, sobretudo sua ideia de cosmovisão em busca do que o autor, inspirado nos zapatistas, chama de *pluriverso*.

Escobar (2015) direciona sua discussão para a possibilidade de percepção de diferentes visões de mundo, o que está totalmente relacionado com a ideia que procuramos construir para a paisagem. Para que se tenha uma decodificação mais justa do conceito de paisagem, é preciso que ela seja lida amparada por diversas concepções da realidade, não apenas a do hemisfério-ocidental.

É preciso analisar o real desde uma ontologia que permita a iluminação das suas múltiplas possibilidades de percepção, visualização e representação, o que no nosso jogo epistemológico abrange totalmente a paisagem. Essa ontologia é reconhecida por Escobar como uma ontologia política, única capaz de propor uma compreensão mais ampla sobre a vida e que desafie a ideia de universalização do mundo ocidental incrustada no discurso da modernidade.

Cada mundo é atualizado por suas práticas específicas, sem dúvida em contextos de poder tanto em seu interior quanto a respeito de outros mundos. Esses mundos constituem um pluriverso, isto é, um conjunto de mundos em conexão parcial uns com os outros, e todos se atualizando e se desenvolvendo sem cessar. Como demonstra a perseverança de mundos relacionais, sempre há algo em todos esses mundos que “excede” a influência do moderno; esse “excesso” que resiste à definição e redução ao moderno, é também um fundamento importante da ontologia política e da prática política ontológica. (ESCOBAR, 2015, p.12)

A ontologia política de Arturo Escobar nos possibilita e inspira do ponto de vista epistemológico a apresentar uma consideração sobre o conceito de paisagem que se apoie em uma visão de mundo que reconheça a existência de infinitas realidades paisagísticas, que só são decodificadas por um jogo de percepção que não tenha o hemisfério ocidental enquanto ponto de partida e chegada. Assim como Escobar (2015), nos inspiramos na experiência zapatista, que contam em seu cerne político com a ampliação das escalas do cotidiano a uma compreensão da realidade capaz de produzir novos calendários e Geografias, nesse caso nos apropriando da paisagem enquanto representação mais transparente dessas Geografias.

Acreditamos que o reconhecimento do território e do espaço enquanto plataformas multidimensionais facilitem e sirvam de exemplo para nossa proposição analítica de paisagens em diversas escalas a partir de diferentes mundos. Por que não enxergarmos o conceito de paisagem também de maneira multidimensional? Desde o início deste trabalho não nos preocupamos com a ocupação de um espaço de abrangência de novas bases conceituais, apenas acreditamos na necessidade de questionamentos à produção científica que se manifesta necessariamente amparada por uma racionalidade que negligencia a existência do outro, em um contexto de preservação e consolidação de um eu individual como discurso único a ser generalizado em caráter planetário.

Em um primeiro momento nos propomos a construir uma abordagem teórica para a emergência de paisagens do Sul, embora tenhamos transformado nosso entendimento em um contexto de produção de uma análise sobre a paisagem que fosse mediante ampliação do conceito em uma perspectiva de reconhecimento de vários mundos que produzem e reproduzem diversas paisagens, por isso faz mais sentido buscar âncoras epistemológicas que fundamentem uma leitura da paisagem de caráter multidimensional do que paisagens do Sul.

### **Aberturas e fechamentos**

A perspectiva que propomos neste trabalho pode parecer um tanto quanto fragmentada dos debates decoloniais e das bibliografias apresentadas para o conceito de paisagem. Em nenhum momento pensamos em outra possibilidade para esse artigo que não tivesse essa irreverência teórica.

Nossa proposta de trabalho de cunho crítico reserva uma abertura de alternativas epistemológicas para o conceito de paisagem, mesmo com a certeza da insuficiência de nossa abordagem. Como já dito anteriormente, não era de nosso interesse ou ousadia renovar radicalmente o debate conceitual sobre a paisagem, mas sempre pensamos em contribuir com algumas pontuações interessantes e possibilidades concretas de intervenção teórica.

A representatividade eurocêntrica na produção científica quase enquanto realidade una é um aspecto que nos causa um incômodo profundo, sobretudo a partir da nossa subjetividade de pesquisador que se propõe a questionar a realidade enquanto sujeito latino-americano, a partir de uma “posicionalidade” periférica do mundo.

Os encaminhamentos finais desse trabalho nos sugerem alguns questionamentos que podem ser fundamentais para novos caminhos do estudo da paisagem e a noção necessária de uma análise associada ao pensamento crítico latino-americano que busque reivindicar e denunciar a problemática da colonialidade. Por que não considerar a emergência do pensamento decolonial enquanto luta epistêmica e política e nos apropriarmos dessas contribuições teóricas para o estudo da paisagem? Por outro lado, por que os autores decoloniais não apresentaram o mesmo interesse pela paisagem que tiveram com o território e o lugar, por exemplo?

Essa última interrogação nos remete a uma abertura interessante para novas proposições do estudo da paisagem, que não remeta apenas à robustez cultural e fenomenológica que a paisagem foi amparada na Geografia, ou sua possibilidade enquanto mera testemunha das transformações espaciais, ou por fim, da sua consolidação como conceito que mais se aproxima da relação dialógica entre as práticas sociais e os processos naturais. É preciso decodificar a paisagem e apresentar novas possibilidades para uma categoria de análise que representa uma riqueza muito grande de alternativas epistêmicas, principalmente se pensarmos em teorias outras, capazes de desafiar o cabedal analítico da modernidade em busca de uma base conceitual multiescalar e multidimensional, protagonizada por diversas existências e leituras de mundo.

### Referências Bibliográficas

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 11, p. 89, 2013.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural: uma ontologia I**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 239-244, 2012.

COSGROVE, Denis. **A geografia está em toda parte**: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *Geografia cultural: uma antologia*, v. 1, p. 219-238, 2012.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 133-168, 2005.

\_\_\_\_\_. Territorios de diferencia: la ontología política de los "derechos al territorio". **Cuadernos de antropología social**, n. 41, p. 25-38, 2015.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

\_\_\_\_\_. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 2, n. 2, p. 337, 2012.

HOLZER, Werther. **Paisagem, imaginário, identidade**: alternativas para o estudo geográfico. Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 149-168, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano IX, n. 17, p. 19-45, 2007.

\_\_\_\_\_. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Bertrand Brasil, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Minas Gerais. Editora UFMG. 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 71-114, 2008.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **Nem o centro e nem a periferia**: sobre cores, calendários e geografias. Deriva, 2008.

MIGNOLO, Walter. La lengua, la letra, el territorio (o la crisis de los estudios literarios coloniales). **Dispositivo**, v. 11, n. 28/29, p. 137-160, 1986.

\_\_\_\_\_. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, p. 71-103, 2005.

MORIN, Karen M. Landscape: representing and interpreting the world. **Key concepts in geography**, p. 286-299, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **GEOgraphia**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, ano VIII, v. 8, n. 16, p. 41-55, 2006.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. La Colonialidad del Saber, p. 281-247, 2005.

ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural**: uma ontologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 239-244, 2012.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, v. 3, p. 1987.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, v. 1, 1996.

Recebido em 11 dez. 2017

Aceito em 3 jun. 2018.